



Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

ATA NÚMERO 7/XV/ 1.ª

Aos sete dias do mês de junho de 2022, pelas 16:00 horas, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na Sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I PARTE

Audição do Conselho de Administração, nos termos do artigo 5.º, n.º 2, dos [Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, S. A.](#), aprovados pela [Lei n.º 39/2014](#), de 9 de julho, que alterou a Lei n.º 8/2007, de 14 de fevereiro

II PARTE

1. Informações;
2. Apreciação e votação da ata respeitante à reunião de 31 de maio de 2022;
3. Apreciação e votação das propostas para o regulamento da Comissão;
4. Apreciação e votação das propostas para o plano de atividades da Comissão;
5. [Conta Geral do Estado de 2020](#):

Deputado Relator: (PS)

(a ser apreciado na reunião de 14 de junho)

6. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, propondo a constituição da Subcomissão da Juventude e Desporto.
7. Discussão do projeto de resolução [projeto de resolução n.º 71/XV/1.ª](#) (PAN) - Suspensão das largadas de touros em todo o território nacional.

Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

8. Apreciação e votação do parecer sobre o [Relatório anual do Governo sobre a participação de Portugal na União Europeia – 2021](#):

Deputado Relator: Pompeu Martins (PS)

9. Apreciação e votação do parecer sobre o [Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2022](#):

Deputado Relator: Guilherme Almeida (PSD)

10. Apreciação e votação conjunta:

- [Projeto de voto n.º 51/XV/1.ª](#) (PSD) – De saudação pela celebração do Dia Mundial da Língua Portuguesa;
- [Projeto de voto n.º 55/XV/1.ª](#) (PS) – De saudação ao Dia Mundial da Língua Portuguesa.

11. Apreciação e votação conjunta:

- [Projeto de voto n.º 60/XV/1.ª](#) (CH) — De congratulação pelos melhores resultados de sempre alcançados nos Jogos Surdolímpicos, Missão Surdolímpica Portuguesa;
- [Projeto de voto n.º 73/XV/1.ª](#) (PS) - De saudação à missão surdolímpica portuguesa pelos melhores resultados de sempre alcançados nos Jogos Surdolímpicos 2021.
- [Projeto de voto n.º 86/XV/1.ª](#) (PCP) - À participação portuguesa nos Jogos Surdolímpicos,

12. Apreciação e votação conjunta:

- [Projeto de voto n.º 61/XV/1.ª](#) (BE) - De saudação sobre o Dia Internacional dos Museus;
- [Projeto de voto n.º 74/XV/1.ª](#) (PS) - De saudação pela comemoração do Dia Internacional dos Museus.



Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

13. Apreciação e votação do [Projeto de voto n.º 77/XV/1.ª](#) (CH) - De saudação pela vitória da equipa de Andebol do Sport Lisboa e Benfica na EHF European League;
14. Apreciação e votação do [Projeto de voto n.º 84/XV/1ª](#) (PSD) - De saudação a Fernando Pimenta pela conquista das quatro medalhas de ouro, num só dia, na Taça do Mundo de Canoagem;
15. Outros assuntos.

PARTE I

Audição do Conselho de Administração, nos termos do artigo 5.º, n.º 2, dos [Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, S. A.](#), aprovados pela [Lei n.º 39/2014, de 9 de julho](#), que alterou a [Lei n.º 8/2007, de 14 de fevereiro](#)

O Senhor Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Cultura e Desporto, Deputado Luís Graça, deu as boas-vindas aos membros do Conselho de Administração da RTP, Nicolau Santos (Presidente), Luísa Coelho Ribeiro (Vogal) e Hugo Figueiredo (Vogal), agradecendo a sua presença e disponibilidade.

Na intervenção inicial, o Presidente do Conselho de Administração da RTP recordou que o plano estratégico do atual Conselho de Administração para o período 2021-2024 defende um serviço público de média, forte e relevante e com um financiamento adequado aos serviços prestados, a aposta no digital para a captação dos públicos mais jovens, sendo de facto fundamental fazer uma reflexão sobre o futuro da RTP, ponderando se se pretende um serviço público que seja um contributo para a sociedade e para a democracia ou um serviço público mais residual, a ser completado pelos canais privados.

A este respeito, lembrou que a RTP dispõe de 8 canais de televisão e 7 canais de rádio, cujas emissões podem ser acompanhadas em 50 países, que a empresa tem dado apoio à produção independente, aos artistas nacionais e aos eventos culturais, bem como ao acesso gratuito de todo o seu acervo digital. Sublinhou também o papel da RTP para o conhecimento do País, para a sua coesão social e cultural e para a defesa da língua portuguesa e dos interesses estratégicos do Estado português através das



Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

suas delegações em todo o mundo, destacando igualmente o compromisso de parceiro estratégico dos países de língua oficial portuguesa em diversos domínios.

Por fim, focou os constrangimentos orçamentais que a RTP enfrenta para cumprir os compromissos de serviço público, explicando que a não alteração ao seu financiamento implicará escolhas muito difíceis. Informou também que, a pedido do Ministro da Cultura, o Conselho de Administração está a preparar uma proposta de revisão do contrato de concessão, adiantando que as linhas gerais se centram numa maior liberdade na programação dos conteúdos nas plataformas escolhidas pelos portugueses, mantendo a diferenciação com os privados e possibilitando a evolução para um serviço público de matriz digital, focado na diversidade e complementaridade dos conteúdos.

O Senhor Deputado Luís Gomes (PSD) aludiu aos 150 milhões que a RTP recebeu do Estado pela compra do seu arquivo audiovisual, perguntou se estava prevista uma reestruturação da RTP e se esta poderia implicar despedimentos ou ajustamentos salariais.

A Senhora Deputada Fernanda Velez (PSD) perguntou ao Presidente do Conselho de Administração quais as razões técnicas e critérios que justificam a discriminação dos espetáculos tauromáquicos na RTP.

O Presidente do Conselho de Administração disse não estar prevista nenhuma reestruturação, mas sim, uma reorganização. Sobre os espetáculos tauromáquicos, esclareceu que quem toma esse tipo de decisões é o Diretor de Informação ou o Diretor de Programas. Relativamente ao adiantamento de 150 milhões de euros, a Vogal da RTP informou não haver ainda nenhuma decisão de regularizar o assunto e que com a entrada dos 16.29 milhões de euros já aprovados pela Comissão Europeia a RTP ficará com capitais positivos; por fim, disse que o valor *per capita* recebido pela RTP pela contribuição audiovisual é sensivelmente metade do da média europeia.

A Senhora Deputada Mara Lagriminha Coelho (PS) salientou a importância da comunicação social e dos media para o bom funcionamento da democracia, em particular o serviço público de rádio e de televisão, defendendo que este modelo garante a independência e a não ingerência. Em relação aos constrangimentos referidos, questionou como tem a RTP respondido aos desafios plasmados no plano estratégico, nomeadamente no que respeita à modernização tecnológica da rádio pública e da

Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

melhoria da cobertura do seu sinal de emissão a nível nacional. Por fim, questionou o Conselho de Administração acerca da sua visão para os centros de produção regional, para o reforço da digitalização e quanto aos trabalhadores precários da RTP inscritos no PREVPAP.

O Presidente do Conselho de Administração explicou que o centro de produção dos Açores foi alvo de um grande programa de investimento nos últimos anos, estando o mesmo agora a acontecer nos centros de produção da Madeira e do Norte. Em relação aos trabalhadores precários, afirmou que a situação foi solucionada globalmente, existindo uma obrigação de se celebrarem contratos de prestação de serviços ou, de preferência, contratos a termo. O Eng. Hugo Figueiredo referiu-se à reflexão que decorre sobre os conteúdos e as plataformas.

O Senhor Deputado Jorge Galveias (CH) referiu alguns dados relevantes sobre a tauromaquia, solicitou a posição da ERC sobre este assunto e questionou a razão pela qual a tauromaquia não estava contemplada no contrato de concessão. Argumentou que o aumento dos custos é transversal a todas as estações, questionando qual a percentagem da produção interna e da produção externa.

O Presidente do Conselho de Administração disse que ia transmitir as questões colocadas à direção de programas da RTP, mas que a tauromaquia nunca esteve num contrato de concessão. Em relação ao aumento dos custos, explicou que, contrariamente às estações privadas, a RTP tem as suas receitas congeladas.

Por fim, o vogal da RTP explicou que a produção interna é de mais de 50%, explicitando de seguida a importância de haver um equilíbrio entre produção interna e externa.

A Senhora Deputada Joana Cordeiro (IL) referiu-se à importância da liberdade de expressão e de imprensa e de uma comunicação social livre e independente do poder político. O Grupo Parlamentar do IL opõe-se à participação do Estado num órgão de comunicação e defende a privatização da RTP, explicando os pressupostos em que tal deveria assentar. Por outro lado, atendendo ao desequilíbrio orçamental e ao grave nível de endividamento público, não compreende o custo na participação estatal na RTP, negligenciando outras áreas mais prioritárias como a saúde, educação e justiça. Por fim, perguntou que parte do serviço público é que a RTP presta que os privados não possam prestar e qual a dimensão exata dos problemas financeiros da RTP, impactos e



Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

consequências e os resultados previstos para 2022, referindo-se, por último, às baixas audiências da RTP em comparação com as outras estações.

O Presidente do Conselho de Administração explicou que os grupos parlamentares foram convidados a visitar a RTP para se poder discutir todas as questões à importância do serviço público, salientando, a este propósito, que o Grupo Parlamentar da IL não se fez representar; em relação à venda da RTP, explicou que se trata de uma decisão que só compete ao Estado; disse ainda que a tendência de aumento de custos sem aumento de receitas é difícil de sustentar, mas rejeitou a ideia de uma grave crise financeira, referindo que a RTP obteve resultados positivos no ano passado e que, tal como resulta de inquéritos feitos pela RTP e apesar de haver falhas e de se poder sempre melhorar, está entre as melhores empresas para se trabalhar.

Na segunda ronda intervieram os Senhores Deputados João Montenegro (PSD), Luís Gomes (PSD), Sara Velez (PS) e Jorge Galveias (CH), tendo, no final, o Conselho de Administração respondido às questões colocadas.

A [audição](#) foi gravada em suporte vídeo, constituindo essa gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

PARTE II

1. Informações

Dando início à segunda parte da reunião, o Senhor Presidente da Comissão deu conta do pedido de audiência da Torcida Verde, Associação Leonina para o Desporto e Ocupação dos Jovens, sobre a implementação da Portaria n.º 109/2020, bem como dos pedidos de audiência pendentes em Comissão, da Associação Portuguesa de Imprensa, da Confederação Portuguesa de Meios de Comunicação Social e da ANAM, Associação Nacional das Assembleias Municipais, após o que questionou os Senhores Deputados sobre a possibilidade de fazer algum destes agendamentos na próxima reunião.

Após uma breve análise deste ponto, a Comissão deliberou agendar uma das audiências pendentes para a próxima semana.



Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

Por fim, informou a Comissão da proposta apresentada na reunião de Mesa e Coordenadores pelo Grupo Parlamentar do PS no sentido de convidar o Dr. Alberto Arons de Carvalho para a apresentar o seu novo livro *A Regulação da Comunicação Social - A Experiência Portuguesa* na Biblioteca no dia 29 de junho na Assembleia da República, tendo os restantes grupos parlamentares concordado.

Tomou a palavra a Senhora Deputada Fernanda Velez (PSD) que questionou se esse evento tinha sido articulado com o Grupo de Trabalho para os Assuntos Culturais. O Senhor Presidente respondeu negativamente, mas considerou que, havendo dois membros da 12.ª Comissão que fazem parte deste grupo de trabalho, Deputados Pedro Delgado Alves (PS) e Fernanda Velez (PSD), faria sentido haver essa articulação entre a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto e esse Grupo.

2. Apreciação e votação da ata respeitante à reunião de 31 de maio de 2022

Uma vez submetida a votação, a ata foi aprovada, com os votos a favor dos Grupos Parlamentares do PS, PSD e Chega e a abstenção do Grupo Parlamentar da IL.

3. Apreciação e votação das propostas para o regulamento da Comissão

O Senhor Presidente começou por agradecer aos Senhores Deputados de todos os grupos parlamentares o esforço realizado para um entendimento comum na reunião de Mesa e Coordenadores.

As propostas de alteração ao [regulamento](#) apresentadas, respetivamente, pelos Grupos Parlamentares do PSD e do PS, foram aprovadas por unanimidade, tendo-se registado a ausência dos Grupos Parlamentares do BE e do PCP.

4. Apreciação e votação das propostas para o plano de atividades da Comissão

Neste ponto tomou a palavra o Senhor Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD) que solicitou que o Grupo Parlamentar do PS retirasse a proposta da criação do Grupo de Trabalho da Integridade, Igualdade e Combate à Violência no Desporto do Plano de Atividades, sem prejuízo da mesma poder ser discutida em separado. Argumentou que a criação desse grupo de trabalho, além de colidir com a proposta do seu Grupo Parlamentar relativa à criação de uma Subcomissão da Juventude e Desporto, não



Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

deveria ser incluída num plano de atividades que respeitava apenas à presente sessão legislativa.

O Presidente da Comissão aproveitou a ocasião para esclarecer que, uma vez que o mandato da presente Legislatura ia além dos 4 anos, a 1.ª SL só terminaria em setembro de 2023.

De seguida, tomou a palavra o Senhor Deputado Miguel Matos (PS) que afirmou que era exatamente pelo facto de plano de atividades se prolongar no tempo que se justificava a criação do grupo de trabalho, pelo que rejeitou a possibilidade de retirar a proposta dessa criação do plano de atividades.

Uma vez submetidas a votação, as propostas de alteração ao [plano de atividades](#) apresentadas, respetivamente, pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS e PCP foram aprovadas por maioria, com votos a favor do PS, IL, CH e a abstenção do Grupo Parlamentar do PSD.

5. Conta Geral do Estado de 2020

A Senhora Deputada Carla Sousa (PS) usou da palavra para informar a Comissão que o relator da Conta Geral do Estado de 2020 seria o Senhor Deputado António Faria.

6. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, propondo a constituição da Subcomissão da Juventude e Desporto

O Senhor Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD) fez a apresentação do requerimento apresentado defendendo que, contrariamente ao defendido pelo Grupo Parlamentar do PS, a finalidade da criação de um grupo de trabalho é a de tratar de questões muito concretas e urgentes com a maior celeridade possível e que esta figura não tem a mesma dignidade de uma subcomissão, que representa uma autonomização, pela importância, de determinados temas. Acrescentou que, embora a dinâmica de uma Comissão dependa em grande medida da iniciativa dos seus membros, a anterior Comissão de Cultura e Comunicação era muito trabalhosa pelos vastos temas que contemplava e que nesta Legislatura o acréscimo das matérias do desporto e da juventude iria obrigar ao sacrifício de alguns temas em detrimento de outros.



Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

O Senhor Deputado Miguel Matos (PS) argumentou que na anterior legislatura a Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto não tinha nenhuma Subcomissão de Juventude e Desporto, não deixando de realizar, por isso, importantes reformas nessas áreas e disse não perceber a razão pela qual o Grupo Parlamentar do PSD não concordava que matérias da juventude e do desporto tivessem transitado para um Ministério de coordenação transversal de ação governativa quando o próprio PSD fez o mesmo na sua orgânica do governo.

Interveio também na discussão a Senhora Deputada Joana Mortágua (BE), dando igualmente o exemplo da discussão que teve lugar na anterior legislatura na Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, explicando que se chegou à conclusão que a transição das matérias do desporto e da juventude para uma subcomissão criaria a ideia que aqueles temas seriam secundários à Comissão, indo assim contra a finalidade que o Grupo Parlamentar do PSD pretende com a criação desta subcomissão, ou seja, a valorização destas matérias. Terminou sublinhando que a proliferação de subcomissões reduz a representatividade dos grupos parlamentares mais pequenos.

Não havendo mais inscrições, o requerimento foi submetido à votação, tendo sido rejeitado, com votos contra dos Grupos Parlamentares do PS e do BE e a abstenção do Grupo Parlamentar do CH.

7. Discussão do [projeto de resolução n.º 71/XV/1.ª](#) (PAN) - Suspensão das largadas de touros em todo o território nacional

A Senhora Deputada Inês de Sousa Real (PAN) começou por referir que as largadas de touros são responsáveis por um número significativo de vítimas mortais e feridos graves, aludindo a este respeito à morte de um jovem de 15 anos, no dia 22 de maio de 2022, após ser colhido por um touro numa largada de touros realizada no centro da Moita durante a “Feira de Maio”, iniciativa da responsabilidade da Câmara Municipal da Moita.

Recordou que todos os anos são feitos alertas para o perigo e a violência das largadas de touros e para a ausência de medidas de proteção de crianças e jovens que participam nestes eventos e que desde 31 de janeiro de 2014 o Comité dos Direitos da Criança das Nações Unidas instou Portugal a afastar crianças e jovens da violência da tauromaquia.

Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

Acrescentou não haver regulamentação que limite o acesso a esta atividade ou que determine as condições que devem ser observadas no respeito à segurança e integridade física de quem assiste ou nelas participe.

Terminou defendendo uma suspensão desta atividade pelo menos até que haja uma regulamentação da mesma, sendo esse o objetivo da sua iniciativa.

O Senhor Deputado Pedro Pinto (CH) interveio na discussão, apontando alguns erros e imprecisões da iniciativa, e argumentando, designadamente, que as largadas de touros não são uma atividade relativamente recente e que suspendê-las significaria terminar com elas a título definitivo. Reportou-se ao impacto económico desta medida, bem como à relevância económica desta atividade nas regiões onde se realiza. Terminou afirmando que ninguém era obrigado a assistir e a participar nestes eventos e que os recintos das largadas de touros eram delimitados pela proteção civil, estando sempre presentes bombeiros e polícia.

A Senhora Deputada Fernanda Velez (PSD) aludiu, também, a alguns erros e imprecisões da iniciativa, refutando igualmente que as largadas de touros fossem uma atividade relativamente recente. Concluiu que a omissão do prazo da suspensão da atividade revelava uma intenção de se proibirem as largadas de touros a título definitivo e argumentou existirem muitos desportos igualmente perigosos que não deixam de ser praticados por isso e defendeu não se dever condicionar as práticas lúdicas, desportivas e culturais pela existência de acidentes.

O Senhor Deputado Francisco Dinis (PS) explicou que as largadas de touros não se enquadram na legislação que regula os espetáculos de natureza artística onde se incluem os espetáculos tauromáquicos — que se encontram abrangidos pelo regulamento do espetáculo tauromáquico aprovado pelo Decreto-Lei n.º 89 /2014 de 11 de junho. Sublinhou que as largadas de touros se enquadram na legislação que rege o licenciamento municipal (Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro, na sua redação atual), uma vez que, por via da tradição, são festas populares realizadas em diversas localidades do País, em recintos de espetáculos e divertimentos públicos considerados como locais públicos ou privados construídos ou adaptados para o efeito na sequência do processo de licenciamento municipal, e que, por essa razão, entram no âmbito da autonomia das autarquias locais.

Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

A Senhora Deputada Joana Cordeiro (IL) considerou que a iniciativa tem na sua fundamentação aspetos que merecem reflexão, como a segurança de todos os que assistem às largadas de touros. Considerou que os municípios ou outras entidades que organizem estes eventos devem ser responsáveis por proporcionar os meios que garantam melhores condições de segurança para todos os espetadores. Contudo, explicou que o seu Grupo Parlamentar defende a liberdade individual, o livre-arbítrio de cada um para poder decidir para si ou para a sua família o tipo de eventos que quer assistir.

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) recordou que nas largadas de touros há sempre mortes e feridos, o que evidencia a perigosidade desta atividade, que não é comparável a nenhum outro tipo de desportos nem mesmo às touradas, que decorrem em recintos próprios e realizadas por pessoas preparadas para o efeito. Frisou que para o Comité dos Direitos da Criança das Nações Unidas tem de haver pelo menos um critério que respeite a idade das pessoas que podem frequentar este tipo de eventos, argumentando que desrespeitar este critério perante um pressuposto de liberdade faria com que todos os princípios de proteção civil fossem desrespeitados.

8. Apreciação e votação do parecer sobre o [Relatório anual do Governo sobre a participação de Portugal na União Europeia – 2021](#)

O Senhor Deputado Relator Pompeu Martins (PS) apresentou o relatório.

No período de discussão tomou a palavra a Senhora Deputada Maria Emília Apolinário (PSD) que saudou o parecer, observando, porém, que o mesmo não era esclarecedor quanto à transposição nacional das diretivas da União Europeia. Considerou que ou na nota introdutória ou nos considerandos o parecer deveria fazer uma referência ao que é descrito na página 404 do relatório, que refere que «Em 2021 foram transpostas 35 diretivas (Anexo I) e no final do ano estavam pendentes 32 procedimentos de pré-contencioso por falta de transposição de diretivas. Foram feitas 41 notificações à Comissão Europeia sobre Medidas Nacionais de Execução de Diretivas», até porque algumas dessas transposições de diretivas dizem respeito a matérias conotadas com a 12.^a Comissão e, que por isso, gostaria de saber quais eram.

Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

O Senhor Deputado Pompeu Martins (PS) explicou que essa referência não foi feita uma vez que as mesmas estavam enunciadas no relatório de forma genérica, não sendo claro que algumas delas incidissem sobre as matérias constantes da 12.ª Comissão.

Submetido a votação, o relatório foi aprovado por maioria, com votos a favor do Grupos Parlamentares do PS, PSD e IL e a abstenção do Grupo Parlamentar do CH.

9. Apreciação e votação do parecer sobre o [Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2022](#)

O Senhor Deputado Relator Guilherme Almeida (PSD) apresentou o relatório, que mereceu felicitações da Senhora Deputada Carla Sousa (PS).

Submetido à votação, o relatório foi aprovado por unanimidade, com a ausência dos Grupos Parlamentares do PCP e do BE.

10. Apreciação e votação conjunta:

- [Projeto de voto n.º 51/XV/1.ª](#) (PSD) – De saudação pela celebração do Dia Mundial da Língua Portuguesa;
- [Projeto de voto n.º 55/XV/1.ª](#) (PS) – De saudação ao Dia Mundial da Língua Portuguesa.

O texto de fusão apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS e do PSD foi aprovado por unanimidade, tendo-se registado a ausência dos Grupos Parlamentares do PCP e do BE.

11. Apreciação e votação conjunta:

- [Projeto de voto n.º 60/XV/1.ª](#) (CH) — De congratulação pelos melhores resultados de sempre alcançados nos Jogos Surdolímpicos, Missão Surdolímpica Portuguesa;

Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

- [Projeto de voto n.º 73/XV/1.ª](#) (PS) - De saudação à missão surdolímpica portuguesa pelos melhores resultados de sempre alcançados nos Jogos Surdolímpicos 2021.
- [Projeto de voto n.º 86/XV/1.ª](#) - À participação portuguesa nos Jogos Surdolímpicos,

O Senhor Deputado Jorge Galveias (CH) e o Senhor Deputado Tiago Soares Monteiro (PS), tendo em conta a finalidade dos projetos de voto em apreciação, manifestaram disponibilidade para apresentarem um texto de fusão consensual em relação aos três projetos de voto em apreciação.

De seguida, tomou a palavra o Senhor Deputado Guilherme Almeida (PSD) que disse acompanhar todas as iniciativas propostas.

12. Apreciação e votação conjunta:

- [Projeto de voto n.º 61/XV/1.ª](#) (BE) - De saudação sobre o Dia Internacional dos Museus;
- [Projeto de voto n.º 74/XV/1.ª](#) (PS) - De saudação pela comemoração do Dia Internacional dos Museus.

O texto de fusão apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS e do BE foi aprovado por unanimidade, tendo-se registado a ausência do BE e do PCP.

13. Apreciação e votação do [Projeto de voto n.º 77/XV/1.ª](#) (CH) - De saudação pela vitória da equipa de Andebol do Sport Lisboa e Benfica na EHF European League

A Senhora Deputada Carla Sousa (PS) solicitou o adiamento deste ponto.

14. Apreciação e votação do [Projeto de voto n.º 84/XV/1ª](#) (PSD) - De saudação a Fernando Pimenta pela conquista das quatro medalhas de ouro, num só dia, na Taça do Mundo de Canoagem



Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

A Senhora Deputada Carla Sousa (PS) solicitou também o adiamento deste ponto.

Neste ponto o Senhor Presidente apelou para que sempre que fosse possível, quando houvesse a intenção de adiar pontos da ordem do dia, essa indicação fosse transmitida no início da reunião, para uma melhor gestão dos trabalhos de todos os Deputados.

15. Outros assuntos

Por último, o Senhor Presidente lembrou que a próxima reunião da Comissão teria lugar no dia 14 de junho, às 16 horas.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 19 horas e 8 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 7 de junho de 2022

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(LUÍS GRAÇA)

Nota: A ata foi aprovada por unanimidade, tendo-se registado a ausência dos Grupos Parlamentares do BE e do PCP na reunião de 21 de junho de 2022.



Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto



Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Pedro Faria (PS)
Bruno Aragão (PS)
Carla Sousa (PS)
Francisco Dinis (PS)
Luís Graça (PS)
Mara Lagriminha Coelho (PS)
Maria João Castro (PS)
Miguel Matos (PS)
Pompeu Martins (PS)
Sara Velez (PS)
Tiago Soares Monteiro (PS)
Alexandre Poço (PSD)
Cláudia Bento (PSD)
Fernanda Velez (PSD)
Guilherme Almeida (PSD)
Gustavo Duarte (PSD)
Inês Barroso (PSD)
Luís Gomes (PSD)
Maria Emilia Apolinário (PSD)
Jorge Galveias (CH)
Joana Cordeiro (IL)
Joana Mortágua (BE)
Anabela Rodrigues (PS)
André Pinotes Batista (PS)
Clarisse Campos (PS)
Cristina Sousa (PS)
Eduardo Oliveira (PS)
Paula Reis (PS)
Cristiana Ferreira (PSD)
João Montenegro (PSD)
Paulo Rios De Oliveira (PSD)
Pedro Melo Lopes (PSD)
Pedro Pinto (CH)
Inês De Sousa Real (PAN)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Rosário Gambôa (PS)



Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

Alma Rivera (PCP)